13º salário a pagar	1	-
Provisão para férias	5	-
INSS a recolher	7	9
Outros	1	1
Total	18	10

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito é de R$ 5.000 (2010, R$ 3.000), e o capital integralizado de R$ 2.480 (2010, R$ 1.830), tendo seu valor assim distribuído:

	Valor integralizado	
Acionistas	31/12/11	31/12/10
Estado do Pará	632	467
CS Participações Ltda.	-	1.363
Termogás S.A.	1.848	-
Total	2.480	1.830

No exercício de 2011, foi integralizado o montante de R$ 650 (2010, R$ 401), sendo R$ 112 com o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital, aportado em 2010, e R$ 538 com novos aportes em 2011.

Ainda no exercício de 2011 toda a posição acionária que pertencia a CS Participações Ltda., foi transferida para a Termogás S.A.

Cada ação ordinária confere direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social;
- prioridade na distribuição de dividendo mínimo cumulativo de 6% (seis por cento), calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendo obrigatório, quando este for superior ao dividendo mínimo assegurado;
- prioridade no reembolso de capital, sem prêmio em caso de dissolução da Companhia;
- participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias, nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes;
- em caso de liquidação da Companhia os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta do capital social; e
- no exercício em que o lucro for insuficiente para o pagamento de dividendo prioritário, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta de reservas de capital.

O estatuto social prevê que do lucro apurado no final de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

A Companhia, enquanto em operação, distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em termos da lei. A Assembleia Geral estabelecerá a destinação do lucro líquido remanescente.

9. DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26, está apresentado, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2011	2010
Serviços profissionais	(20)	(37)
Remuneração de administradores	(177)	(182)
INSS	(51)	(37)
Associação de classe	(43)	(45)
Assessoria jurídica	(5)	(12)
Passagens aéreas e hospedagens	(57)	(35)
Telefone e energia elétrica	(25)	(23)
Publicações	(18)	(13)
Aluguel e condomínio	(13)	(12)
Depreciação	(5)	(4)
Outros	(175)	(58)
Total	(589)	(458)
Classificado como:		
Gerais e administrativas	(412)	(276)
Remuneração de administradores	(177)	(182)
Total	(589)	(458)

10. RESULTADO FINANCEIRO

	2011	2010
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	21	12
Descontos obtidos	1	2
Total das receitas financeiras	22	14
Despesas financeiras		
Juros passivos	(3)	(2)
Total das despesas financeiras	(3)	(2)
Total do resultado financeiro	19	12

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros e risco de liquidez. A Diretoria determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI – Certificado de depósito interbancário, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

c) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Devido ao fato da Companhia ainda não ter iniciado sua operação plena, conforme mencionado na nota explicativa nº1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas.

d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

e) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

12. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria administrativa e financeira autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 9 de março de 2012.

Membro do conselho de Administração da Cia de Gás do Pará

Shydney Jorge Rosa
Presidente do conselho de Administração

Jose Carlos de Salles Garcez
Vice-Presidente do conselho de Administração

Hermano Darwin Wasconcellos Mattos
Conselheiro de Administração

Claudio Luciano da Rocha Conde
Conselheiro de Administração

Vilmos da Silva Grunvald
Conselheiro de Administração

Membro do Conselho Fiscal

Humberto Riella Sobrinho
Conselheiro Titular

Paulo de Andrade Lima Filho
Conselheiro Titular

Jose Claudio Carneiro Alves
Conselheiro Titular

Membro da Diretoria Executiva

Claudio Luciano da Rocha Conde
Direto Presidente

Fabio Moreira Amorim
Dir. Técnico e Comercial

Roberto de Menezes Pedroso
Dir. Administrativo Financeiro.

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE